



A cultura impressa durante os “Tempos Constitucionais”: uma breve análise de quatro periódicos surgidos na gênese da imprensa pernambucana.

MÁRIO FERNANDES RAMIRES *

Esta comunicação tem como objetivo abordar o debate político em torno dos projetos constitucionais e da adesão a “Causa Brasílica”, ou “Coligação das Províncias do Sul”, presente nos periódicos que circularam na província de Pernambuco entre os anos de 1821 e 1824. A partir destas fontes buscaremos abordar algumas das diferentes propostas existentes nos impressos, como a de utilização dos espaços nas páginas onde se davam os debates entre redatores e leitores, e também entre leitores de diferentes jornais, os quais buscavam compreender e expor suas opiniões dentro daquele universo político em plena transformação.

Na primeira metade do século XIX, a província de Pernambuco vivenciou um momento de grande efervescência política e de busca de alternativas de governo que se adequassem aos novos conceitos de política, como o liberalismo e o iluminismo. Essa situação ocorreu concomitantemente a outros movimentos congêneres no cenário internacional, quando as colônias americanas estavam proclamando suas independências e os estados absolutistas estavam dando origem a repúblicas, e também refletia o quadro interno, ou seja, as províncias muitas vezes buscando autonomia política frente ao poder central. No caso de Pernambuco, os movimentos insurrecionais de 1817 e 1824 atestam o caráter de mosaico¹ do território que viria a se tornar o Brasil e mostram que a região que corresponde ao atual Nordeste brasileiro foi palco de lutas e contestações, abrigando grandes pensadores e intelectuais que, por meio da palavra impressa, buscavam manter a sociedade ciente do debate político que ocorria acerca da construção do estado brasileiro.

É justamente a característica politizada dos periódicos e panfletos que circularam na província pernambucana em um período localizado entre a Insurreição de 1817 e a Confederação do Equador, ocorrida em 1824, que constitui objeto de nossos estudos.

* Mestrando em História na EFLCH/UNIFESP. Bolsista CAPES.

¹ JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*, Carlos Guilherme Mota (org.), 2ª edição. São Paulo: Senac, 1999.

Nesse sentido, cabe destacar o interesse de nossa pesquisa por todo o “ciclo de vida” de nossas fontes, assim como sua produção, circulação e consumo, além da materialidade desses periódicos.² A análise do conteúdo do material, ou seja, o estudo do texto e seus pressupostos ideológicos, a percepção da linguagem política utilizada³, bem como o estudo sobre os autores e proprietários de tipografias também são pontos de bastante interesse para a realização de nosso trabalho. É importante destacar que a produção de material impresso na província de Pernambuco teve seu início no ano de 1817 com a publicação do folheto intitulado *O Preciso*, escrito por José Luis Mendonça⁴ para propagar o ideal republicano presente no movimento revolucionário ocorrido naquele ano. Porém, devido à repressão feita pelo governo central ao movimento, à tipografia e à liberdade de imprensa foram banidos da província pernambucana.⁵ Apenas no ano de 1821 a imprensa reapareceria em Pernambuco, publicando periódicos de caráter expressamente politizado e que contemplavam o público leitor com debates acalorados acerca da Independência do Brasil em relação à metrópole portuguesa, abordando conceitos políticos com um discurso muitas vezes bastante refinado e repleto de termos como: liberalismo, constituição, república, democracia, socialismo, anarquia, independência, iluminismo, entre outros.

Há mais dois aspectos que devem ser levados em consideração: o primeiro deles é o aumento do número de periódicos publicados entre os anos de 1821 e 1824⁶, que mesmo levando em consideração que alguns jornais tiveram poucos números publicados, esse

² Para a questão do “ciclo de vida” dos impressos, desde sua produção, até sua leitura, ver as seguintes obras, que para nosso trabalho servem de referência teórica e metodológica: DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp.112-113 e CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora UnB, 1999, p. 18.

³ Para essa questão, ver: POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

⁴ BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. “Impressos e liberdade: notas para uma história da tipografia em Pernambuco (1817 – 1850). In: *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010

⁵ Ver, por exemplo: MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

⁶ Esse crescimento no número de publicações não se deu continuamente, pois, ao que parece, saíram mais das tipografias no ano de 1823 do que em 1824. Talvez isso tenha ocorrido devido à repressão sofrida pelo Confederação do Equador.

aumento foi bastante significativo.⁷ Outra característica também marcante nesse fervor jornalístico é a formação eclesiástica dos autores e dirigentes de grande parte dos impressos políticos que circularam no Recife nos primórdios da imprensa pernambucana. No entanto, o aspecto dessa discussão política via palavra impressa que mais nos interessa aqui é o debate que girava em torno de um *universo constitucional*, quando as mais variadas propostas de projetos políticos, fossem mais afeitas à monarquia ou à república, mais conservadores ou revolucionários, enfim, todas elas estavam permeadas por esse universo que era resultado de um tempo de profundas transformações políticas e de formação e organização de estados nacionais que estavam deixando de ser colônias para se tornarem países independentes, ou seja, pretendemos trazer à tona características do mundo da cultura impressa que era forjada por aqueles “tempos constitucionais”.⁸

Para a produção deste trabalho, foram selecionados quatro periódicos de bastante importância para a propagação dos ideais políticos na província pernambucana e, de maneira geral, em toda a região que corresponde ao atual Nordeste brasileiro, são eles: *Segarrega*, de autoria Felipe Mena Calado da Fonseca; *O Relator Verdadeiro*, dirigido pelo padre Francisco Ferreira Barreto; *O Maribondo*, escrito pelo padre José Marinho Falcão Padilha (Frei Quintela)⁹ e *O Liberal*, que era de autoria do padre João Batista da Fonseca. Quase todos esses periódicos foram escritos por membros da igreja, exceto o *Segarrega*. Além disso, possuíam conteúdo altamente politizado, destinando praticamente todo o espaço de suas folhas as discussões em torno da política do período. Exceto *O Maribondo*, todos os demais não apresentam menção da autoria no texto, o que nos fez buscar essas informações em fontes secundárias e autores que também serviram de base teórica para nossos estudos.

⁷ NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: UFPE, 1969. Em nossa pesquisa aparte desta grande obra que mais utilizo trata-se do volume 4 “Periódicos do Recife – 1821-1850.

⁸ *O MARIBONDO*, Nº 5, impresso da tipografia de Cavalcante & Cia., 1 de outubro de 1822. Arquivo digital da Biblioteca Brasileira, USP.

⁹ Há uma certa indefinição sobre a autoria do *O Maribondo*. Enquanto Alfredo de Carvalho afirmava que Padre Quintela era o pseudônimo de José Marinho Padilha e se tratava de um apelido que lhe foi dado por Frei Caneca, Luiz do Nascimento afirma que se tratavam de pessoas diferentes.

Entre os periódicos aqui utilizados, o mais radical no que diz respeito à realização de críticas ao governo central foi *O Liberal*. O primeiro número circulou em Pernambuco no dia 13 de fevereiro de 1824, porém, esse era o décimo nono número do periódico, que já havia sido publicado durante três anos na Bahia. Neste primeiro número, publicado em Pernambuco, o jornal mostrava sua linha política. Se definia como “*um Edifício político-liberal, dando provas de adesão a esta santa causa, trabalhando com nossas fracas luzes para sustentar o espírito público e na instrução da Mocidade*”.¹⁰ O fato da mudança de cidade da publicação é narrado no primeiro número, quando o padre Venâncio Henrique Rezende, que era um personagem bastante envolvido com os projetos políticos da província, fora levar um projeto constitucional para a província baiana e esteve hospedado na casa de João Batista da Fonseca, autor de *O Liberal*. O Presidente Viana, da província da Bahia, reprimiu os dois clérigos redatores e os enviou para Pernambuco, onde a publicação contou com quatro números. Para realizar a crítica à fidalguia, nobreza e aristocracia, o padre João Batista da Fonseca fez um resgate histórico, em suas palavras, dessa “*miserável orda*”. Para tanto, o autor resgata a história de Roma, dos feudos, das cruzadas e da monarquia portuguesa, demonstramos abaixo:

*“Esta miserável orda começou no templo de Rômulo. Este rei dos romanos (se é verdade, que existiu), dividiu o povo Romano em patrícios e plebeus... Decaído o Império Romano... apareceu de novo a fidalguia nos senhores dos Feudos... Todavia nunca Portugal foi tão grande a aluvião desta Ordem, como em tempo de D. João 6., o qual por hum só criou mais titulares, e fidalgos, do que todos os seus antepassados... e depois da Independência do Brasil ainda continua o Senhor D. Pedro na marcha de seu Pai, espalhando essa geração, que devia ser sufocada no berço.”*¹¹

Mesmo realizando críticas profundas à monarquia, *O Liberal* nunca afirmou em seu texto que possuía um projeto republicano. Os demais periódicos aqui tratados, publicados

¹⁰ *O Liberal*. Num 19 Impresso na Tipografia de Miranda e Cia. 13 de fevereiro de 1824. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Em todas as citações, mantivemos apenas a pontuação e as maiúsculas conforme o texto original.

¹¹ *O Liberal*, Nº 19.

até o ano de 1823, deixam ainda mais claro seu projeto monarquista constitucional. É necessário destacar que, enquanto o momento histórico desses outros jornais era de formação de uma Assembleia Constitucional, *O Liberal* protestava contra a dissolução da Assembleia, que havia ocorrido em 1823¹². No caso do *Relator Verdadeiro* e do *Segarrega*, nos primeiros números são feitos elogios às Cortes Portuguesas, principalmente no que diz respeito ao projeto de eleições nas Juntas das províncias. No número 2 do *Relator*, por exemplo, O padre Francisco Ferreira Barreto faz diversos elogios à ação dos deputados pernambucanos nas Cortes de Lisboa, dedicando boa parte do espaço para a elevação dos nomes de Muniz Tavares e Ferreira da Silva. No *Relator Verdadeiro*, ele afirma que: “*Pernambuco deve todo o seu estado de pacificação e de melhoramento as fadigas e patriotismo dos seus infatigáveis Deputados, todos pelos meios mais energéticos tem afiançadamente promovido em Cortes o bem de sua pátria*”¹³.

Porém, após as Cortes de Lisboa terem tomado medidas que desfavoreciam o Brasil em relação a Portugal, a maioria dos periódicos que estudamos passaram a realizar várias críticas às Cortes da Nação Portuguesa e a propor a criação de uma Corte em território brasileiro,¹⁴ para que esse órgão de poder pudesse legislar de acordo com os interesses do povo que aqui vivia. No caso do *Segarrega*, o jornal, em seus primeiros números, também se mostra a favor do projeto constitucional que estava sendo colocado em prática em Portugal, mesmo que na primeira publicação já tenha sido abordada questão da *independência*, tanto que em *Segarrega*, de 8 de dezembro de 1821, é possível ler a seguinte manifestação: “Os laços que nos prendiam estão feitos em pedaços”¹⁵. Porém, seu autor, o português Felipe Mena Calado da Fonseca, se mostrava, no decorrer das

¹² Durante o processo de independência do Brasil e formação do Estado brasileiro, após o Sete de Setembro, a questão da Constituição estava em voga, conforme destacamos aqui em nosso trabalho. No ano de 1823, a Assembleia foi constituída e, meses depois, dissolvida, sendo que no ano seguinte foi imposta a nova Constituição, que instituiu o Poder Moderador como órgão máximo no poder político. Essa situação que gerou protestos agudos em alguns impressos, dentre eles *O Liberal*.

¹³ *Relator Verdadeiro*, Nº 2, impresso da Oficina do Trem Nacional em Pernambuco, 10 de Janeiro de 1822. Arquivo digital da Biblioteca Brasileira, USP.

¹⁴ Para uma compreensão maior de todo esse contexto político, ver: SLEMIAN, Andréa; *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*, São Paulo: Hucitec, 2006 e *Independência: História e Historiografia*; István Jsnscó (org.), São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

¹⁵ *Segarrega*, Nº1, impresso na Oficina do trem de Pernambuco, 8 de dezembro de 1821. Arquivo digital da Biblioteca Brasileira, USP

primeiras publicações, favorável a união entre os dois reinos e submissão às Cortes Portuguesas.

No dia vinte e cinco de julho de 1822, circulou na província de Pernambuco o primeiro número do periódico *O Maribondo*, que se destacava pela gravura que apresentava acima de seu título: tratava-se de um homem corcunda, representando aqueles que aderiam à causa portuguesa, ou seja, da recolonização do Brasil, sendo atacado por um enxame de maribondos, que representavam os brasileiros lutando por sua independência. Em seu texto, o Frei Quintela¹⁶ defendia com bastante clareza o projeto de uma monarquia constitucional e da adesão de todas as províncias do Norte a “Causa Brasileira”, defendida e proclamada pelas províncias do Sul. Já em seu número inicial, *O Maribondo* desferiu ferroadas vorazes contra o projeto recolonizador português e defendeu a instauração de Cortes Constitucionais no Brasil, se mostrando contrário às medidas tomadas pelas Cortes Gerais da Nação Portuguesa em relação a sua antiga colônia e, especificamente, à província de Pernambuco. Um aspecto interessante que vale ser salientado é a exaltação da nação brasileira e o grande número de vezes que o termo *Brasil* é utilizado no texto de *O Maribondo*, mesmo quando o autor se refere aos primeiros momentos de colonização.

A respeito da instauração do aparato constitucional no território brasileiro, tema defendido com insistência pelo redator de *O Maribondo*, o *Segarrega* em seu sétimo número, publicado no dia 9 de março de 1822, que pela primeira vez atacava diretamente o Congresso de Portugal, afirmava que as Cortes de Lisboa legislavam sobre o Brasil arbitrariamente, com pouco conhecimento. Nas palavras do senhor *Redactor*: “Empurram para cá, com um desprezo picante, leis e mais leis, ordens sobre ordens, que vem decidir da sorte de uma população maior do que a de Portugal, como se se tratasse de uma colônia de degredados estabelecida na Ilha de Madagascar”¹⁷. Ainda no mesmo número do *Segarrega*, Mena Calado justifica sua posição de defesa da instauração da Corte no Brasil afirmando que a união como estava posta beneficiava apenas Portugal, que era um país

¹⁶ Vamos adotar no texto o nome que o próprio autor utilizou para assinar uma publicação, porém, já esclarecemos anteriormente que muito provavelmente se trata do padre José Marinho Padilha Falcão.

¹⁷ *Segarrega*, Nº 7, impresso na Tipografia Nacional, Pernambuco, 9 de março de 1822. Arquivo digital da Biblioteca Brasileira, USP

pequeno e que dependia do Brasil, um país grande, populoso e rico para fazer frente às potências europeias.¹⁸

Outro importante papel desempenhado pelos impressos que circularam pelo Recife no início do século dezenove foi o de procurarem transparecer as relações entre os governos locais, nesse caso representado pelas juntas provisórias de governo, e o poder emergido das Cortes Constituintes e do imperador Dom João VI. Essa relação poderia parecer mais branda, como no caso do *Relator Verdadeiro*, que em seus dois primeiros números faz elogios e declara submissão às Cortes de Lisboa e ao imperador, assim como faz críticas ao despotismo e ao antigo presidente da província, Luiz do Rego. Porém, a partir do terceiro número, o *Relator Verdadeiro* se torna quase um diário de governo da junta, publicando notícias sobre a relação entre o poder local e o poder central, exercido pelas Cortes. Porém, conforme mencionado anteriormente, a relação entre a junta provisória pernambucana e as Cortes passaram a se colocar de maneira mais conflituosa após as medidas tomadas pelos deputados portugueses, dando margem ao projeto constitucional brasileiro e à adesão à causa das províncias do Sul. Esse debate se deixou transparecer nos impressos, que além dos textos dos seus autores/dirigentes, também publicavam correspondências com as opiniões e projetos constitucionais de leitores anônimos e de pessoas vinculadas ao poder local, como membros da junta, por exemplo.

Dentro de uma “rede de comunicação” via palavra impressa no mundo político de Pernambuco no início do século dezenove, é muito provável que os redatores dos periódicos tivessem um contato bastante próximo com seu público leitor. Nesse caso, quando pensamos na produção e circulação desses impressos, é notável o papel desempenhado pelas tipografias tanto como local onde o material era produzido, quanto vendido. Porém, a aquisição dos periódicos não se restringia apenas ao seu local de produção. Vejamos a seguir um anúncio publicado no número 22 de *O Liberal*, quarto número produzido no Recife, do dia 2 de março de 1824:

“*Quem quiser assinar a Sentinela da Liberdade, e o Liberal dirija-se na Boa Vista á tipografia de Miranda, em S. Antonio á loja de José Gonçalves de*

¹⁸ *Idem.*

Faria na rua do Rosário ao pé da quina do Cabugá, ou na imediata de Bernardino de tal; e no Recife na Casa do Comercio. A assinatura é de uma pataca mensal por ambos os periódicos, e todos os suplementos, e papeis avulsos do Redator serão dados aos Assinantes de graça: a assinatura será paga adiantada, e os Periódicos serão procurados pelos Assinantes nos lugares mencionados. Sairá o Liberal na terça feira, e a Sentinela no sábado impreterivelmente.”¹⁹

É interessante notarmos que diversos estabelecimentos comerciais em Pernambuco já veiculavam o material impresso, como lojas e casas de comércio, conforme demonstrado acima. A tipografia, onde *O Liberal* era impresso era a tipografia de Miranda & Cia, localizada na Rua do Cotovelo, em Chora-Menino, na Boa Vista e propriedade de Antonino José de Miranda Falcão.²⁰ Outra característica marcante no anúncio é a intenção de venda e propagação dos periódicos a partir de estratégias comerciais. Nesse caso, dois jornais são anunciados, o próprio *O Liberal* e a famosa *Sentinela da Liberdade*, que era uma folha escrita por Cipriano Barata. Nos anúncios, percebemos estratégias de divulgação dos mesmos em frases como: “todos os suplementos, e papeis avulsos do Redator serão dados aos Assinantes de graça”²¹. Também comentavam sobre a união entre os redatores para a divulgação mútua, advertindo ao leitor, ao mesmo tempo, que não haveria interferência de uma folha nas vendas da outra, sendo que suas publicações seriam em dias diferentes: “Sairá o Liberal na terça feira, e a Sentinela no sábado impreterivelmente”.²²

Estabelecimentos comerciais como as boticas também eram locais de consumo e, ao que tudo indica, de leitura e discussões sobre os temas presentes nos periódicos. No terceiro número do *Segarrega*, publicado em 6 de janeiro de 1822, encontramos o seguinte anúncio:

“Os srs. Assinantes desta folha a procurarão de ora evante: os que moram dentro do Recife, na loja de José Inácio Ribeiro, na ponte nº 42; os de

¹⁹ *O Liberal*. Num 22, impresso na Tipografia de Miranda e Cia. 02 de março de 1824. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

²⁰ <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2012/07/09/o-homem-de-chumbo/>. Consultado em 27/03/2013

²¹ *O Liberal*. Num 22, ob. Cit.

²² *Idem*.

*Santo Antônio, na rua do Rosário, na Botica nº 140 de José Matias da Fonseca; e os da Boa Vista na praça da Botica nº 126 de João Ferreira da Cunha, onde acharão os recibos das assinaturas que ali se podem receber”.*²³

Autores como Marco Morel e Lúcia M. B. P. das Neves²⁴ apontaram estes estabelecimentos como locais de leitura e de interação entre os leitores, além de possibilitarem que pessoas impossibilitadas de realizar a leitura do material, estivesse a par dos debates presentes nas folhas impressas. Porém, no caso do *Segarrega*, não é certo que a tipografia em que o jornal era impresso funcionava como local de compra do material e encontro dos assinantes, pois se trata da *Oficina do Trem de Pernambuco*, que funcionava em um antigo armazém militar e passaria a se chamar *Tipografia Nacional* e posteriormente, após ser comprada e se tornar uma empresa particular, *Tipografia Cavalcante & Cia*. Com o primeiro nome publicou os números 1 ao 4; com o segundo do 5 ao 15 e, já como uma empresa particular publicou do número 16 ao 27 do *Segarrega*. Além do mais, número 2 indica o local onde morava o redator do periódico, que era o mesmo local onde deveriam ser entregues os avisos a serem publicados. É provável que alguma forma de leitura do material se dava nesse mesmo local, assim como o encontro entre leitores e anunciantes. Nesse caso, tudo leva a crer que o redator não morava no mesmo local onde o periódico era produzido, o que não era difícil de acontecer.

*“Todas as pessoas que tiverem de fazer aviso ao Público, saída de embarcações, embarcações a carregar, vendas de prédio, de gêneros, de escravos, compras, aviso de escravos fugidos, & ,& ,& , e querendo-o fazer pela gazeta Segarrega dirijam-se à Praça da Boa Vista nº123, onde mora o redator.”*²⁵

Ainda no tocante à circulação e consumo do material impresso publicado em Pernambuco nos primórdios de sua empresa tipográfica, encontramos uma pista no

²³ O Nº 5 do *Segarrega* publica um “novo” local para a aquisição do periódico. Botica de José Martins da Fonseca, que já havia sido informado anteriormente.

²⁴ Morel, Marco; *Independência no papel: a imprensa periódica* in: *Independência: História e Historiografia*, István Jsnésó (org.), São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005, pp. 617-636 e . da mesma obra: NEVES, Lúcia M. B. Pereira das; “Os panfletos políticos e a cultura da independência do Brasil, pp. 637-676.

²⁵ *Segarrega*, Nº 2, impresso na Oficina do trem Nacional de Pernambuco, 19 de dezembro de 1821. Arquivo digital da Biblioteca Brasileira, USP.

primeiro número do *Relator Verdadeiro*, quando as medidas tomadas pelas Cortes Portuguesas deveriam ser fixadas em locais onde a propagação do material impresso parecia ser costumeira: “E para que chegue a notícia de todos, demandou publicar e fixar este nos lugares do costume”.²⁶ Porém, dentro da tríade *produção-circulação-consumo* dos impressos, a parte que diz respeito à leitura, conforme apontou Robert Darnton, a mais difícil de investigar. De acordo com o autor: “a leitura continua a ser o estágio no circuito dos livros que oferece maiores dificuldades de estudo” (DARTON, 1990: 121.). da mesma maneira, salientou Roger Chartier: “As obras... estão investidas de significações plurais e móveis que se constroem no encontro de um proposição com uma recepção.” (CHARTIER, 1999: 09).

Outro aspecto que deve ser salientado em nosso trabalho é que o debate em torno desse *universo constitucional* se valia de recursos importantes, como a publicação de hinos, poemas e sonetos que apareciam nas páginas dos jornais. O segundo número do *Relator Verdadeiro*, por exemplo, traz o *Hino Constitucional Pernambucano* e um soneto intitulado *A Liberdade Constitucional*, o primeiro realizando uma exaltação a “Lusa Constituição”, e o segundo de autoria do redator do periódico, o padre Francisco Ferreira Barreto. Segue trecho do *Hino Constitucional Pernambucano*:

“Arrastava Pernambuco

O mais pesado grilhão

Quando despertou do Douro

A Lusa Constituição

Enquanto aos Pernambucanos

Palpitar o coração

Viva em Pernambuco

A Lusa Constituição...”²⁷

²⁶ *Relator Verdadeiro*, Nº 1, impresso na Oficina do trem Nacional de Pernambuco, 13 de dezembro de 1821. Arquivo digital da Biblioteca Brasileira, USP.

²⁷ *Relator Verdadeiro*, Nº 2, *ob. Cit.*

A folha *O Maribondo*, já em seu número inicial, também apresentou um hino e um soneto que abordavam a questão constitucional, porém não possuem indicação de autoria, o que leva a crer que foram escritos pelo próprio autor do periódico, o padre José Marinho Falcão Padilha, ou ao menos que o soneto tenha sido escrito pelo redator do jornal. Reproduzimos abaixo as duas estrofes do “Hymno” publicado no impresso, que levanta a questão do Congresso Nacional brasileiro:

“Exaltai, Pernambucanos

Chegou o dia imortal

Que trouxe aos Brasileiros

Um congresso Paternal

Escravidão

Colonial

Foge ligeira

Da Brasileira

Constituição...

O congresso Lusitano

Cedo nos deseja o mal

Cumpra que previna o dano

Um congresso Nacional

Escravidão, &c.”²⁸

Ainda no que diz respeito às formas de persuasão, o número 18 de *Segarrega* contém três pequenas histórias de humor político, inaugurando essa característica textual nas páginas desse periódico, a primeira com o título de “Consolação para Desgraças”, trata-se de uma conversa entre dois amigos, quando um deles narra as desgraças ocorridas em sua vida, ao final, a mulher “endiabrada” com a qual se casou havia morrido queimada em sua casa incendiada; o segundo conto trazia o título de “Peditório fora de propósito” apresentava um diálogo entre um certo Doutor Franklin e o rei da Prússia, para o qual

²⁸ *O Maribondo*, Nº 1, impresso na Tipografia Nacional, Pernambuco, 25 de julho de 1822. Arquivo digital da Biblioteca Brasileira, USP.

pedia Auxílio em favor da América e abordando a liberdade daquele continente, o rei lhe respondeu que “Liberdade é o direito de todo o homem”, inclusive essa definição legitimava seu direito de exercer a realeza; e por último, uma história intitulada “Oratória em Cortes”, onde era narrada a conversa entre um deputado e o presidente. Esse deputado repetia algumas vezes a frase “tenho concebido”, e outro deputado, “com mais desembaraço” interveio dizendo que “o ilustre Preopinante tem concebido três vezes, e nunca parido nada”²⁹, o que pode ser entendido como uma crítica à falta de representatividade de alguns deputados nas Cortes.

O uso da narrativa e de histórias como exemplos para propagarem os ideais políticos dos autores dos periódicos também está presente no texto de *O Maribondo*. No segundo número do periódico, que circulou no dia 22 de agosto de 1822, foi publicada uma história que possuía o seguinte título: “Diálogo entre um inimigo e um amigo do Brasil”, onde o autor, por meio das palavras do “amigo do Brasil”, defende a criação do Conselho de Estado na província pernambucana “aquele conselho era bom para os negócios do Brasil”, medida que a junta provisória estava se colocando contra; se coloca a favor da criação do aparato legislativo no Brasil “Meu amigo, havemos de ter nosso Congresso no Brasil”; defende a união com o Rio e, entre outras coisas, surpreendentemente defende a censura de impressos que atuassem “contra a regeneração do Brasil”.³⁰

No entanto, temos que tomar cuidado ao tentarmos definir o horizonte ideológico dos impressos, pois o mesmo periódico pode passar por ideias opostas durante sua existência, como por exemplo, a postura do *Segarrega* em relação às Cortes Portuguesas. Ao realizarmos a leitura dos primeiros números, teremos a impressão de que o periódico foi sempre a favor das decisões tomadas pelas Cortes de Lisboa. Porém, o mesmo se dá em sentido oposto: caso analisemos apenas as publicações de Felipe Mena Calado da Fonseca a partir do sétimo número do *Segarrega*, teremos uma visão oposta do jornal em relação às Cortes Gerais da Nação Portuguesa, ou seja, a partir deste número, as folhas do impresso

²⁹ *Segarrega*, Nº 18, impresso na Tipografia de Cavalcante & Cia., 24 de setembro de 1822. Arquivo digital da Biblioteca Brasileira, USP.

³⁰ *O Maribondo*, Nº2, impresso na Tipografia Nacional, 22 de agosto de 1822. Arquivo digital da Biblioteca Brasileira, USP.

apresentam forte crítica a esta instituição europeia e passam a defender a ideia de instauração das Cortes no Brasil, movimento esse que ocorreu, conforme visto anteriormente, devido às medidas tomadas pelos deputados daquela instituição.

Após algum tempo de trabalho com as fontes, podemos levantar algumas hipóteses interessantes, como a existência de uma “rede de redatores”, que tinham como personagens, em sua maioria, membros do clero que haviam desenvolvido um senso liberal e ilustrado que lhes dava a capacidade de refletir sobre o Estado e a situação política na qual se encontravam. Permeados pelo *universo constitucional* em que estavam inseridos, os periódicos que circularam por Recife no início do século dezanove mostram a grande diversidade de propostas e formas de se perceber a realidade enfrentada por aqueles personagens, que desejavam viver em um estado amparado por uma constituição que lhes garantisse participação na vida política do império brasileiro e, acima de tudo, que lhes desse autonomia local de tomar decisões para as especificidades existentes em cada região da recém criada nação brasileira.

Referências Bibliográficas

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. “Impressos e liberdade: notas para uma história da tipografia em Pernambuco (1817 – 1850). In: *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora UnB, 1999.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*, Carlos Guilherme Mota (org.), 2ª edição. São Paulo: Senac, 1999.

MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Morel, Marco; *Independência no papel: a imprensa periódica* pp. 617-636 in: *Independência: História e Historiografia*; István Jsnscó (org.), São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: UFPE, 1969. Em nossa pesquisa aparte desta grande obra que mais utilizo trata-se do volume 4 “Periódicos do Recife – 1821-1850.

NEVES, Lúcia M. B. Pereira das; “Os panfletos políticos e a cultura da independência do Brasil.” In: *Independência: História e Historiografia*; István Jsnscó (org.), São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

SLEMIAN, Andréa; *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*, São Paulo: Hucitec, 2006.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL